

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 15/2012

Disponibilização: 17 de setembro de 2012

Período abrangido: 16 de julho a 14 de setembro de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**
- **CAÇA**
- **FLORESTAS**

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

- **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

6. ASSUNTOS EUROPEUS

7. CIDADANIA

8. COMÉRCIO

9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

10. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

- **DEFESA**
- **DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

11. DESPORTO

12. EDUCAÇÃO

13. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

14. ENERGIA

15. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

16. HABITAÇÃO/RJAU

17. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

18. INDÚSTRIA

19. INVESTIGAÇÃO

20. JUSTIÇA

21. JUVENTUDE

22. OBRAS PÚBLICAS

23. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

24. SAÚDE

25. SEGURANÇA SOCIAL

26. TRABALHO

27. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**
- **TRANSPORTES**

28. TURISMO

29. URBANISMO

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 161/2012 de 31 de julho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera a dependência e a composição do Conselho Gestor do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado e extingue o Conselho Técnico de Credenciação, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei 116-A/2006, de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado - Infraestrutura de Chaves Públicas

Lei n.º 34/2012 de 23 de agosto

(Assembleia da República)

Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e da prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva n.º2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial

Lei n.º 46/2012 de 29 de agosto

(Assembleia da República)

Transpõe a Diretiva n.º2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva n.º2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto

(Assembleia da República)

Cria o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias

Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto

(Assembleia da República)

Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado

Decreto-Lei n.º 204/2012 de 29 de agosto

(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à simplificação do regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos e do regime de acesso, exercício e fiscalização de várias atividades de controlo municipal e altera os Decretos-Leis n.ºs 309/2002, de 16 de dezembro, e310/2002, de 18 de dezembro

Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto

(Assembleia da República)

Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Resolução n.º 27/2012, de 26 de julho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Designa os vogais não permanentes e seus suplentes na Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública e os peritos que integram a respetiva bolsa de peritos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2012 de 29 de agosto

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a classificação dos institutos públicos de regime especial resultantes da alteração à lei quadro dos institutos públicos pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho, para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos membros dos conselhos diretivos

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA

Portaria n.º 226-A/2012 de 01 de agosto

(Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Solidariedade e da Segurança Social)

Segunda alteração à Portaria n.º 178-A/2012, de 31 de maio, que prevê apoios às explorações agrícolas situadas no continente português, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de março

• CAÇA

Portaria n.º 254/2012 de 22 de agosto

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Determina, na época venatória de 2012-2013, a proibição do exercício da caça a qualquer espécie cinegética nos terrenos situados no interior da linha perimetral da área percorrida pelos incêndios que lavraram entre 18 e 21 de julho do corrente ano nos municípios de São Brás de Alportel e de Tavira e isenta do pagamento da taxa anual de manutenção das ZCA e ZCT as entidades que as exploram, com terrenos abrangidos pelos incêndios

• FLORESTAS

Portaria n.º 226-B/2012 de 01 de agosto

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Define e regulamenta os termos e as condições da atribuição dos apoios sociais, na sequência da ocorrência de incêndios que atingiram os municípios de São Brás de Alportel, Tavira e Região Autónoma da Madeira

5. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

• COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Resolução da Assembleia da República n.º 91/2012 de 24 de julho

(Assembleia da República)

Constituição da x comissão parlamentar de inquérito à tragédia de Camarate

Resolução da Assembleia da República n.º 95/2012 de 25 de julho
(Assembleia da República)

Prorrogação do prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito ao processo de nacionalização, gestão e alienação do Banco Português de Negócios, S. A., e suspensão dos trabalhos durante o mês de agosto

6. ASSUNTOS EUROPEUS

Decreto-Lei n.º 177/2012 de 03 de agosto
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime da Estrutura para o Acompanhamento da Execução do Memorando Conjunto com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu (ESAME)

7. CIDADANIA

Lei n.º 26/2012 de 24 de julho
(Assembleia da República)

Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (iniciativa legislativa de cidadãos)

Lei n.º 37/2012 de 27 de agosto
(Assembleia da República)

Estatuto do Dador de Sangue

8. COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 153/2012 de 16 de julho
(Ministério da Defesa Nacional)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a Diretiva n.º 2012/10/UE, da Comissão, de 22 de março de 2012

Decreto-Lei n.º 173/2012 de 02 de agosto
(Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece as regras aplicáveis ao exercício da atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, bem como as condições de realização de feiras grossistas

Decreto-Lei n.º 174/2012 de 02 de agosto
(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos comerciais destinados à venda ou exibição produtos relacionados com a atividade sexual, conformando-o com a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro

9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Lei n.º 36/2012 de 27 de agosto
(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 6/97, de 1 de março, que autoriza a difusão de trabalhos parlamentares nas redes públicas e privadas de TV cabo, permitindo a sua disponibilização através da televisão digital terrestre

Resolução da Assembleia da República n.º 122/2012 de 27 de agosto
(Assembleia da República)

Canal Parlamento através da televisão digital terrestre

10. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

- **DEFESA**

Decreto-Lei n.º 153/2012 de 16 de julho
(Ministério da Defesa Nacional)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a Diretiva n.º 2012/10/UE, da Comissão, de 22 de março de 2012

- **DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

Despacho n.º 10344/2012 de 02 de agosto
(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Defesa Nacional)
Equipa técnica «balcão único»

11. DESPORTO

Decreto-Lei n.º 155/2012 de 18 de julho
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime de proteção jurídica a que ficam sujeitos os símbolos olímpicos e reforça os mecanismos de combate a qualquer forma de aproveitamento ilícito dos benefícios decorrentes do uso dos mesmos, revogando o Decreto-Lei n.º 1/82, de 4 de janeiro

Despacho n.º 10294/2012 de 01 de agosto
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o modelo tipo de contrato a outorgar com praticantes desportivos de alto rendimento pertencentes a federações de desporto motorizado

Lei n.º 38/2012 de 28 de agosto
(Assembleia da República)

Aprova a lei antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem

Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto
(Assembleia da República)

Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto

12. EDUCAÇÃO

Portaria n.º 216-A/2012 de 18 de julho
(Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência)

Segunda alteração à Portaria n.º 49/2007, de 8 de janeiro, que define as regras a que deve obedecer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário

Portaria n.º 216-B/2012 de 18 de julho
Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência

Primeira alteração à Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, que cria os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, assim como as regras a que obedece a sua lecionação e certificação

Portaria n.º 216-C/2012 de 18 de julho

Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência

Primeira alteração à Portaria n.º 1100/2010, de 22 de outubro, que aprova o programa de formação em competências básicas em cursos de educação e formação de adultos ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico

Lei n.º 27/2012. D.R. n.º 147, de 31 de julho

(Assembleia da República)

Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo à Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro

Decreto-Lei n.º 176/2012 de 02 de agosto

(Ministério da Educação e Ciência)

Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares

Lei n.º 33/2012 de 23 de agosto

(Assembleia da República)

Sexta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro

Decreto-Lei n.º 202/2012 de 27 de agosto

(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto

Portaria n.º 266/2012 de 30 de agosto

(Ministério da Educação e Ciência)

Estabelece as regras a que obedece a avaliação do desempenho docente dos diretores de agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, dos diretores dos centros de formação de associações de escolas e dos diretores das escolas portuguesas no estrangeiro

Lei n.º 51/2012 de 05 de setembro

(Assembleia da República)

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro

Portaria n.º 274-A/2012 de 06 de setembro

(Ministério da Educação e Ciência)

Primeira alteração à Portaria n.º 195/2012, de 21 de junho, que aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2012-2013

Despacho n.º 11886-A/2012 de 06 de setembro

(Ministério da Educação e Ciência)

Condições de aplicação das medidas de ação social escolar para o ano letivo de 2012-2013. Alterações e aditamentos ao despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, com as alterações entretanto introduzidas

13. EMPRESAS

Decreto-Lei n.º 178/2012 de 03 de agosto

(Ministério da Economia e do Emprego)

Institui o SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

Portaria n.º 233-A/2012 de 06 de agosto

(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Decreto-Lei n.º 208/2012 de 07 de setembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à transformação da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P., em entidade pública empresarial, à cisão da Companhia Nacional de Bailado do Organismo de Produção Artística, E. P. E., e à sua transformação em entidade pública empresarial, à alteração da denominação do Organismo de Produção Artística, E. P. E., para Teatro Nacional de São Carlos, E. P. E., à aprovação dos Estatutos da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, E. P. E., da Companhia Nacional de Bailado, E. P. E., do Teatro Nacional D. Maria II, E. P. E., do Teatro Nacional de São Carlos, E. P. E., e do Teatro Nacional de São João, E. P. E., e à constituição de agrupamento complementar de empresas formado pelas entidades públicas empresariais da área da cultura

14. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 170/2012 de 01 de agosto

(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que cria o regime jurídico da mobilidade elétrica

Portaria n.º 251/2012 de 20 de agosto

(Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece o regime de atribuição de incentivos à garantia de potência disponibilizada pelos centros electroprodutores ao Sistema Elétrico Nacional (SEN)

15. FINANÇAS

Portaria n.º 268-D/2012 de 31 de agosto

(Ministério das Finanças)

Altera a Portaria n.º 73-A/2008, de 23 de janeiro, que cria uma nova série de certificados de aforro, designada «Série C»

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

Resolução da Assembleia da República n.º 95/2012 de 25 de julho

(Assembleia da República)

Prorrogação do prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito ao processo de nacionalização, gestão e alienação do Banco Português de Negócios, S. A., e suspensão dos trabalhos durante o mês de agosto

Decreto-Lei n.º 192/2012 de 23 de agosto

(Ministério das Finanças)

Procede à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 105/2004, de 8 de maio, que aprovou o regime jurídico dos contratos de garantia financeira e transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de junho, relativa aos acordos de garantia financeira

• **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Decreto-Lei n.º 167/2012 de 01 de agosto

(Ministério da Justiça)

Cria o Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, estabelecendo um regime excecional de pagamento a esta instituição das contribuições em atraso e dos respetivos juros de mora

Decreto-Lei n.º 197/2012 de 24 de agosto

(Ministério das Finanças)

Introduz alterações no Código do IVA, no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e alguma legislação complementar, transpondo o artigo 4.º da Diretiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro, em matéria de localização das prestações de serviços, e a Diretiva n.º 2010/45/UE, do Conselho, de 13 de julho, em matéria de faturação, dando execução às autorizações legislativas constantes do artigo 128.º da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro

Decreto-Lei n.º 198/2012 de 24 de agosto

(Ministério das Finanças)

Estabelece medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, define a forma da sua comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira e cria um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes pessoas singulares

Portaria n.º 255/2012 de 27 de agosto

(Ministério das Finanças)

Aprova o novo modelo do cartão de contribuinte e revoga a Portaria n.º 377/2003, de 10 de maio

• **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Lei n.º 28/2012 de 31 de julho

(Assembleia da República)

Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2013 a 2016

16. HABITAÇÃO/RJAU

Portaria n.º 240/2012 de 10 de agosto

(Ministério das Finanças)

Aprova o modelo da participação de rendas e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento

Lei n.º 30/2012 de 14 de agosto

(Assembleia da República)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

[Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro

17. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

[Portaria n.º 226/2012 de 01 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Segunda alteração ao Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios do Desenvolvimento de Novos Mercados e Campanhas Promocionais, aprovado pela Portaria n.º 719-B/2008, de 31 de julho

[Portaria n.º 233-A/2012 de 06 de agosto](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro

18. INDÚSTRIA

[Decreto-Lei n.º 169/2012 de 01 de agosto](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema

19. INVESTIGAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 202/2012 de 27 de agosto](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto

20. JUSTIÇA

[Decreto-Lei n.º 168/2012 de 01 de agosto](#)

(Ministério da Justiça)

Reduz o período de formação inicial do XXVIII Curso Normal de Formação para as Magistraturas Judicial e do Ministério Público - via académica e dos I e II Cursos Normais de Formação para a Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais

[Lei n.º 48/2012 de 29 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções

[Lei n.º 54/2012 de 06 de setembro](#)

(Assembleia da República)

Define os meios de prevenção e combate ao furto e de receptação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos

21. JUVENTUDE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012 de 09 de agosto (Presidência do Conselho de Ministros)

Approva a 5.ª Geração do Programa Escolhas (2013-2015)

22. OBRAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 190/2012 de 22 de agosto (Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro

23. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A de 25 de julho (Região Autónoma dos Açores)

Cria o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores

Decreto do Presidente da República n.º 107/2012 de 30 de julho (Presidência da República)

É fixado, de harmonia com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de julho, o dia 14 de outubro de 2012 para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Mapa Oficial n.º 1/2012 de 20 de agosto (Comissão Nacional de Eleições)

Mapa com o número de deputados a eleger para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 14 de outubro de 2012 e a sua distribuição pelos círculos eleitorais

Decreto Legislativo Regional n.º 36/2012/A de 30 de agosto (Região Autónoma dos Açores)

Estabelece o regime de abono das ajudas de custo dos titulares de cargos políticos e quadros dirigentes da administração regional autónoma

- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 31/2012/M. de 17 de julho (Região Autónoma da Madeira)

Approva a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2010

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 387/2012 de 10 de agosto (Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas contidas nos artigos 1.º e 2.º do «decreto que determina a suspensão parcial do artigo 1.º e a suspensão dos artigos 2.º, 8.º, 9.º, 11.º e 14.º das normas de execução do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira», aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em sessão plenária de 20 de junho

Decreto Legislativo Regional n.º 19/2012/M. D.R de 16 de agosto
(Região Autónoma da Madeira)

Estabelece as normas a que ficam sujeitos os projetos de instalações de gás a incluir nos projetos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspeção das instalações

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 33/2012/M de 16 de agosto
(Região Autónoma da Madeira)

Repõe a taxa do IVA nos serviços de alimentação e bebidas

Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/M de 28 de agosto
(Região Autónoma da Madeira)

Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2012/M, de 4 de julho, que aprova a execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2012

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2012/M de 29 de agosto
(Região Autónoma da Madeira)

Procede à segunda alteração ao Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M, de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/M, de 18 de agosto

Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/M de 30 de agosto
(Região Autónoma da Madeira)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta e indireta da Região Autónoma da Madeira

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/M de 03 de setembro
(Região Autónoma da Madeira)

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de janeiro, que adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas

Decreto Legislativo Regional n.º 27/2012/M de 03 de setembro
(Região Autónoma da Madeira)

Aplica à administração regional autónoma da Madeira o regime de mobilidade especial entre os serviços dos trabalhadores da Administração Pública visando o seu aproveitamento racional, estabelecido pela Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, e o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efetivos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro

24. SAÚDE

Lei n.º 25/2012. D.R. n.º 136, de 16 de julho
(Assembleia da República)

Regula as diretivas antecipadas de vontade, designadamente sob a forma de testamento vital, e a nomeação de procurador de cuidados de saúde e cria o Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV)

Decreto-Lei n.º 171/2012 de 01 de agosto
(Ministério da Saúde)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina

Decreto-Lei n.º 184/2012 de 08 de agosto
(Ministério da Saúde)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 188/2009, de 12 de agosto, tornando obrigatória a instalação de equipamentos de desfibrilhação automática externa em locais de acesso público

Lei n.º 52/2012 de 05 de setembro
(Assembleia da República)

Lei de Bases dos Cuidados Paliativos

25. SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 241/2012 de 10 de agosto
(Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social)

Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, do regime do seguro social voluntário e das pensões de aposentação e reforma do regime de proteção social convergente e revoga a Portaria n.º 246/2011, de 22 de junho

Portaria n.º 257/2012 de 27 de agosto
(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que institui o rendimento social de inserção e procede à fixação do valor do rendimento social de inserção (RSI)

Portaria n.º 272/2012 de 04 de setembro
(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

26. TRABALHO

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012 de 20 de julho
(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 21.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012). b) Ao abrigo do disposto no artigo 282.º, n.º 4, da Constituição da República Portuguesa, determina-se que os efeitos desta declaração de inconstitucionalidade não se apliquem à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e ou 14.º meses, relativos ao ano de 2012

Lei n.º 27/2012. D.R. n.º 147, de 31 de julho
(Assembleia da República)

Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo à Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro

Portaria n.º 225-A/2012 de 31 de julho
(Ministério da Economia e do Emprego)

Regula as Medidas Passaporte Emprego, Passaporte Emprego Economia Social, Passaporte Emprego Agricultura e Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas

Portaria n.º 229/2012 de 03 de agosto
(Ministério da Economia e do Emprego)

Cria a medida de Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única

[Lei n.º 41/2012 de 28 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia

[Lei n.º 47/2012 de 29 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Procede à quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, por forma a adequá-lo à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade

27. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• SEGURANÇA RODOVIÁRIA

[Portaria n.º 221/2012 de 20 de julho](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer os centros de inspeção técnica de veículos (CITV), no âmbito da Lei n.º 11/2011, de 26 de abril

• TRANSPORTES

[Decreto-Lei n.º 181/2012 de 06 de agosto](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Aprova o regime do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por rent-a-car, revogando o Decreto-Lei n.º 354/86, de 23 de outubro

[Portaria n.º 233/2012 de 06 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Substitui o modelo do certificado de segurança para navio de passageiros e a relação de equipamento

[Lei n.º 45/2012 de 29 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de examinador de condução e o reconhecimento das entidades formadoras

[Decreto-Lei n.º 206-A/2012 de 31 de agosto](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva n.º 2010/61/UE, da Comissão, de 2 de setembro, e conformando o regime da certificação das entidades formadoras de conselheiros de segurança e de condutores de veículos de mercadorias perigosas com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho

[Portaria n.º 268-A/2012 de 31 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência)

Altera as condições de atribuição do passe escolar designado passe «4_18@escola.tp», aprovadas pela Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, e altera

as condições de atribuição do passe designado «sub23@superior.tp», aprovadas pela Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro

28. TURISMO

Decreto-Lei n.º 199/2012 de 24 de agosto

(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 206/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno

29. URBANISMO

Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto

(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana